

DESDE 1929, vive o Brasil sob o signo da confusão. E não parece que, afastado o grande confusionista, apeado do poder o homem que subverteu neste país todos os valores, já tenha cessado a confusão de produzir-se.

Foi oportuna, necessária e patriótica a intervenção das classes armadas. Aparou o golpe que já descia sobre a Nação sobressaltada e inerme: a permanência do Ditador a pretexto da convocação de uma assembléia constituinte. Mas já neste fato, tão simples em si mesmo, do afastamento do grande subversor, insinuou-se a mistificação. Quis-se dar por ato espontâneo o que foi renúncia forçada. Por que deturpar, no nascedouro, a significação dos fatos históricos? Por que lançar a confusão no espírito do povo, que tem o direito de conhecer a verdade? Por que atribuir ao ditador sentimentos que nunca teve, como demonstra o seu último ato — a nomeação do sr. Benjamin Vargas para a chefia de polícia?

Ainda estamos, portanto, sob o signo da confusão. Houve deposição, porque forçada foi a renúncia, mas se evita a palavra verdadeira. Têm-se para com um governante espúrio, que há muito não possui mandato legal ou legítimo, cautelas, delicadezas e melindres, que nunca se dispensaram a governos legais e legítimos, quando tomados de morte súbita e violenta.

Mas é mais extensa e grave a confusão reinante. O sr. Getúlio Vargas foi deposto por pretender subverter o processo

Confusão e Eleições

2.11.45

Raul PILLA

(Copyright dos "Diários Associados" nos Estados)

eleitoral. Esta subversão não a poderia fazer ele somente com a sua pessoa. Mister lhe seria empregar a viciosa máquina administrativa e política, construída em oito anos de absolutismo, máquina que, através dos interventores e dos prefeitos, estendia a sua ação a todos os recantos do País. Pois, bem, a julgar pelo que se está percebendo, semelhante máquina permanecerá intacta. Na chefia do governo temos um magistrado, mas este magistrado terá de utilizar-se, na sua obra de restauração, dos viciosos instrumentos que lhe deixou a Ditadura. ficará adstrito aos interventores e aos prefeitos que lhe legou o sr. Getúlio Vargas.

Por que não se aplica integralmente a fórmula jurídica consagrada com a elevação do sr. ministro José Linhares á presidência da República? Por que não se entrega coerentemente o governo dos Estados aos presidentes das Côrtes de Apelação? Por que não se substituem os prefeitos por pessoas imparciais e idôneas?

O que certamente interessa ás classes armadas não é somente que se realizem eleições presidenciais a 2 de dezembro; é, mais ainda, que sejam eleições escoreitas e verdadeiras. Eleições por eleições, eleições por simples formalidade nada resolvem: nem nos conduzirão á verdadeira prática da democracia nem eximirão as classes armadas da tremenda responsabilidade o sr. Getúlio Vargas lhes atirou sobre os ombros em 10 de novembro de 1937. Não importa quem vença, se o pleito for inopugnável, porque o vencedor terá por si a autoridade de um mandato legítimo. Vença, porém, quem vencer e tenha ainda todos os predicados para o alto cargo, em má situação se encontrará para exercer a sua função e em pior situação, ainda, se verá o País, se vicioso houver sido o pleito.

Não pode, pois, perdurar a contraditória situação em que hoje nos encontramos. E' mister se dissipe a confusão, que sempre foi o clima getuliano. A patriótica conduta das classes armadas mais ainda se sublimou por se terem elas recusado a tomar o governo e o haverem entregue a um magistrado. Mas tudo se perderá se ficarem em meio do caminho, permitindo que prevaleçam interesses espúrios, ou mal definidos.

Eleições, eleições honestas, eleições em que decida o voto e não a máquina cuidadosamente montada pela Ditadura, eis a grande necessidade.